**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**MAYARA CRISTINA OLIVEIRA PIRES**

**NECROPOLÍTICA: A POLÍTICA DE NEGAÇÃO DO NEGRO**

**FRANCA**

**2021**

**MAYARA CRISTINA OLIVEIRA PIRES**

**NECROPOLÍTICA: A POLÍTICA DE NEGAÇÃO DO NEGRO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.**

**Orientador: Prof. Dr. Hélio Alexandre da Silva**

**FRANCA**

**2021**

**MAYARA CRISTINA OLIVEIRA PIRES**

**NECROPOLÍTICA: A POLÍTICA DE NEGAÇÃO DO NEGRO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Prof. Dr. Hélio Alexandre da Silva**

**1º Examinador: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Profa. Dra. Elizabete Sanches Rocha**

**2º Examinador: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Profa. Dra. Fernanda Mello Sant’Anna**

**Franca, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2020.**

PIRES, Mayara Cristina Oliveira, **Necropolítica: a política de negação do negro** 2021. XX f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021.

**RESUMO**

O racismo não é apenas um fenômeno evidenciado nas microações presentes na sociedade, ele permeia as estruturas, as noções de poder, os modelos políticos e societais. A necropolítica, fundamentada por Mbembe (2018) abre espaço para uma discussão que permite o entendimento da violência e da morte pelas mãos do Estado para além da dimensão objetiva. O presente trabalho pretende explorar, através do debate trazido por Mbembe, os sentidos que caracterizam a necropolítica como política de negação do negro. Esse conceito amplo permite descrever inúmeras formas de opressão contra negras e negros e será o tema central desta monografia.

Pensar a política de morte através de uma lente de apagamento total dessa população, exige exploração tanto das características centrais da necropolítica, como um entendimento profundo das violências, objetivas e simbólicas e suas perpetuações e consequências.

Saber que a raça desempenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder não é suficiente para a compreensão das verdadeiras dimensões da necropolítica. É preciso destacar a dimensão e participação do racismo na própria lógica da necropolítica e como isso opera na busca de um objetivo final: a negação de um sujeito-ninguém (ou objeto ninguém), o sujeito negro. Qual a melhor forma de negação do que a promoção, pelos espaços de poder, da morte objetiva e simbólica de uma comunidade? A legitimização da negação da alteridade do Outro, contribui para a eliminação de um inimigo eleito e para o apagamento da memória e da identidade social.

Para corroborar com tamanha afirmação e explorar as diversas formas de opressão endereçadas a negros e negras, o trabalho busca respaldo em autores como Achille Mbembe, Michael Foucault, Vanderlei Camilo, Lourival Robty Santos de Souza e Lauro Barros Barreto.

**Palavras-chave:** Necropolítica, biopoder, racismo, soberania, política de negação

Como diz Liliana Ripardo: “Sou a razão, o resultado de anos de luta, labuta e enquanto viver continuarei resistindo. Escreveremos, cantaremos e gritaremos, pois não há quem possa nos calar. Resistência reverbera em nosso sangue preto”. Dedico este trabalho a todos àqueles que são porque somos.

**AGRADECIMENTOS**

O momento dos agradecimentos, particularmente, foi um dos melhores momentos na construção dessa última etapa tão importante para mim. A gratidão que sinto por todos aqueles que contribuiram, em diferentes jeitos e intensidades, a essa experiência é gigantesca.

No movimento de uma aspiral crescente, agradeço principalmente à minha base espiritual, aos meus orixás e todas as entidades, uma em especial, que me guiaram e me permitiram chegar onde estou e ser quem eu sou. A fé que me acompanha desde antes de meu nascimento, me guia, protege e me ajuda a alcançar todos os meus objetivos. Muito Axé!

Agradeço aos meus dois pilares: minha mãe, Vera Lucia, por todo o amor, apoio, incentivo e compreensão, mesmo nas horas mais difíceis e minha avó, Maria José, por ter me escolhido, por me mostrar o mais puro amor e me ajudar a sonhar mesmo com as adversidades. Sem vocês, nada disso seria possível.

Agradeço às minhas famílias que me mantiveram de pé: Vó Madalena, Adriana, Sueli, Núbia, Alex, Dani, Moara, Alcir, Rosana e Arli. Um agradecimento especial ao meu avô João, que mesmo em outro plano, me fortificou e hoje comemora de onde estiver a conquista de sua neta, a primeira da família graduada em uma universidade pública.

Agradeço também aos meus amigos, de anos e os de agora, aos que escolheram e permaneceram ao meu lado e fizeram da experiência da faculdade incrível, que nunca me falte o afeto que só vocês são capazes de me dar. Maria Clara, você sabe que sem o seu amor e incentivo, tudo ficaria mais difícil.

Gratidão as mulheres que vieram antes de mim e tiveram a garra e audácia de sonhar para que eu estivesse aqui hoje, que eu continue sendo o sonho de minhas ancestrais.

E por fim, agradeço meu orientador, Prof. Dr. Hélio Alexandre da Silva, pela paciência, disponibilidade e competência que destinou a mim e a nossa monografia. Você sempre fará parte disso.

“Liberdade para mim é não ter medo” - Nina Simone

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO**

O autor camaronês Achille Mbembe cria em seus leitores uma espécie de desconforto incapaz de se dissolver. A maneira como o autor em sua obra *Necropolítica* (2018) amarra o funcionamento da sociedade, definindo-a em termos da necropolítica, juntamente com a identificação das consequências desse *modus operandi* pela vivência dessas, provocou no âmago de meu ser uma inquietação gritante que se materializou na forma dessa monografia. Nesse sentido, procuro analisar os aspectos que caracterizam a necropolítica como política de apagamento no negro. A amplitude desse conceito permite apresentar, de modo crítico, variados modos de opressão contra negras e negros em vigor nas democracias liberais.

Em uma primeira análise comparativa da necropolítica e de sua lógica, me contentei com a comparação apenas do cenário nacional, logo pactuei com a perspectiva de análise de Achille Mbembe acerca da lógica do necropoder na estruturação da própria sociedade em que estava inserida, aplicada na realidade brasileira vivenciada pela comunidade negra, principalmente periférica. A inquietação não se dissolveu, em termos mais profundos esse trabalho se desdobra seguindo a afirmação de que a necropolítica é e funciona como uma política de negação do negro.

A forma como o autor explora os conceitos de biopoder de Michael Foucault, de soberania e da necropolítica em si, possibilitam a identificação de um ângulo de alinhamento entre as engrenagens da necropolítica e o racismo estrutural, mostrando que a necropolítica implica diretamente na negação do negro, perpetuando o trabalho perverso apresentado pela colonização e pela escravidão de povos africanos. A escravidão extrapola os moldes econômicos e impregnam o imaginário ocidental e mesmo após seu abolimento teórico, seus ideais se perpetuaram com o surgimento dos Estados modernos ao mesmo tempo em que a comunidade negra continua tarjada pelo estigma de uma comunidade sem valor, descartável.

Esse trabalho apresentará os contornos perversos da lógica da necropolítica e sua operacionalização dos chamados mundos de morte e como isso resulta em formas de opressão de diversas intensidades e maneiras diferentes (MBEMBE, 2018, p. 146). Nesse sentido, a partir do olhar de Mbembe, procuro apresentar o entrecruzamento de conceitos foucaultianos como o biopoder e a soberania para a compreensão da sociedade contemporânea. Em seguida, com a ajuda de autores como Vandelir Camillo, Suely Aires e Souza e Barreto procuro apresentar a maneira como o necropoder age através da violência objetiva e simbólica a fim de gerar uma política de negação. A necropolítica, ou política de morte, age sob a lógica do poder soberano de matar, da eleição de não desejáveis e o negro enquanto concedido em um plano de objeto-ninguém se torna passível não só da eliminação objetiva de seu corpo e semelhantes, como também da eliminação alusiva de sua existência pela violência simbólica, recebendo a carga total de uma política universal e ocidental que age em nome de uma falsa segurança do corpo social, derterminando duplamente: de um lado, quem pode viver e de outro, quem deve morrer. (MBEMBE, 2018, p. 127).

Diante de todo o exposto, a monografia busca, guiada pelo texto de Mbembe, elucidar as bases de uma sociedade contemporânea, que opera mundos de morte para àqueles considerados descartáveis, indesejáveis e inferiores.

**CAPÍTULO 1- O BIOPODER E A NECROPOLÍTICA**

Na obra *Necropolítica* (2018) de Achille Mbembe, o autor busca dialogar com os termos de biopoder e biopolítica de Michel Foucault.[[1]](#footnote-1) O autor apresenta reflexões teóricas evidenciadas por Foucault para elucidar o período colonial como rudimentar experiência biopolítica da modernidade. Para o filósofo francês, o biopoder diz respeito a divisão entre os que devem viver e os que devem morrer. Há uma separação entre vivos e mortos e essa separação deriva de um poder que é aplicado em um campo biológico duplo: um no qual se toma controle e outro no qual se coloca.

Em seu livro *Microfísica do poder*[[2]](#footnote-2) (1979) dentro de uma estrutura que rege a sociedade e se faz presente em todas as esferas e situações, Foucault busca atribuir dois planos de execução do poder dividido em macropoder e micropoder. O mecanismo de manuseio de vidas é um processo que vai além de uma única esfera de poder, o macropoder não é capaz de assimilar a complexidade desse mecanismo e por isso o micropoder, é utilizado para representar a distribuição das funções de disciplinar e punir os “corpos dóceis”, o biopoder é uma tecnologia inserida na esfera de micropoder (FOUCAULT, 2005. p. 329). Foucault apresenta o biopoder como uma forma de poder que surge no século XVIII:

De que se trata nessa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica, nesse biopoder que está se instalando? Eu lhes dizia em duas palavras agora há pouco: trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retomo agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (FOUCAULT, 2012, p. 289-290).

O biopoder empreende sobre a vida (*bios*) e age tanto na esfera produtiva, quanto na individual e compreende um potencial de morte em sua estrutura, ele faz viver e deixa morrer. Porém, como pode um poder que visa o incentivo a vida, promover a morte? Para essa pergunta, a resposta reside no racismo de Estado, que funciona como um espécie de regulamentador:

Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo” (MBEMBE, 2018, p. 128).

O biopoder atua em uma base que tem como princípio a divisão entre os mortos e os vivos. Essa divisão deriva de um controle que pressupõe a separação de humanos em grupos e subgrupos, que impõe o mecanismo de censura biológica para segregar uns dos outros. A política do biopoder pode também ser conceituada em seu *modus operandi* em uma dinâmica de fragmentação territorial, a fim de impossibilitar a movimentação e executar uma segregação sob circunstâncias da soberania vertical e da ocupação colonial fragmentada, pois isso permite a multiplicação de espaços de violência.

Para Foucault o surgimento do biopoder colocou o racismo como mecanismo substancial do poder do Estado, tão substancial a ponto de que “quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo” (FOUCAULT, 2005, p. 288). O racismo, para o autor, opera em duas grandes funções no âmbito do poder do Estado: o primeiro através do desmembramento, fragmentação no contínuo biológico dos seres humanos, estabelecendo diferenciações, hierarquias e classificações baseados em raças e através dessa distinção, definindo uma divisão entre inferiores e superiores, bons e maus, os que merecem a morte e os que podem viver. Morte aqui, que significa não apenas a eliminação objetiva, mas a exposição ao risco da morte, a morte política, a rejeição e expulsão. (ALMEIDA, 2018, p. 71)

A soberania do Estado apoia-se no decoro nacional, que funciona como uma espécie de “proteção da raça”. A nacionalidade não é fruto espontâneo, mas sim um produto de práticas e instrumentos institucionalizadas de poder condicionadas por estruturas política econômicas. O nacionalismo encarrega-se das enormes fissuras apresentadas pela sociedade capitalista e é responsável por apaziguar a compreensão das violências sistêmicas, ou seja, a nacionalidade é resultado das práticas de poder e de dominação convertida em discursos de normalização da violência pelas mãos do Estado, ou por determinados grupos, e da divisão social. (ALMEIDA, 2018, p. 62). Por isso, podemos pensar através de uma lógica que concebe os Estados, a partir de XIX, como estruturados sob a lógica do racismo. O racismo estatal opera como uma tecnologia de poder que estipula formas de eliminação dos corpos inconvenientes, visando a promoção de bom funcionamento do corpo social. Essa eliminação é realizada tanto pela exclusão desses corpos intrusos, de seus direitos, quanto em políticas de eliminação mais objetivas.

O racismo de Estado opera a legitimar o exercício da morte, ao exercer a normalização biopolítica. (FOUCAULT, 2012, p. 291) É indispensável abordar que nessa perspectiva guerra e política se tornam indiscrimináveis, pois ambas resultam em percepções da existência do Outro como uma violação contra a vida, como uma infração ou um perigo absoluto. A extinção desses corpos Outros, através da eliminação biofísica, enrijeceria tanto o potencial das vidas quanto a segurança abrangendo uma racionalidade instrumental com a racionalidade produtiva ocidental moderna (FOUCAULT, 2012, p. 293). O biopoder, como um modo do exercício do poder sobre a vida, opera em bases disciplinares e regulamentadoras.

Na impossibilidade de distinção entre guerra e política, a sociedade moderna traz a divisão racial como elemento fundamental no vingar das políticas de controle. É na escravidão que a biopolítica é inserida e plenamente desenvolvida. “Alguém poderia resumir nos termos acima o que Michel Foucault entende por biopoder: aquele domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle” (MBEMBE, 2018, p.123). O conceito de biopoder foucaultiano é muito importante para o nascimento da identificação da necropolítica, porém diferente de Foucault, que indagava o poder através da gestão das vidas, Mbembe indaga as estruturas de poder através do crivo da gestão da morte (MBEMBE, 2018, p. 123).

O filósofo camaronês utiliza do conceito de biopoder, aliado com outros conceitos para estruturar o que chamamos de necropolítica e como esse modelo de estrutura funciona. Através dos discursos dos agentes do micropoder a legitimação do necropoder acontece. “A noção de biopoder, aliado ao de soberania, é a forma insuficiente da contemporaneidade de subjugar a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018, p. 146).

Ele busca, através dos diálogos com Foucault, cunhar um termo que se pareça mais com o *modus operandi* da sociedade democrática liberal e identificar “Que lugar é dado a vida, a morte e ao corpo humano (em especial ao corpo ferido ou massacrado)? Como eles estão inscritos na ordem do poder?” (MBEMBE, 2018, p. 128). Ao passo em que Foucault, apoiado em sua vivência reduzida e não compartilhada da realidade vivida por corpos negros, apresenta o biopoder como política de gestão da vida, Achille Mbembe usa sua vivência para apresentar a política da morte. O autor conceitua que o que acontece, na realidade, é uma política de morte que traz consigo o racismo como principal intermédio das sociedades colonizadas, é o racismo que dita quem vai morrer e que vai viver, produzindo uma espécie de geografia da morte.

**Capítulo 1.1- O Papel Da Soberania Na Política De Morte**

A soberania desempenha um papel central na compreensão da lógica do necropoder. É tanto no biopoder, quanto na soberania que a Necropolítica se escora. No início de sua obra, o autor diz:

Este ensaio pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2018, p. 124).

É no questionamento dos limites da soberania do Estado, que reside a configuração que aponta um novo poder: a soberania de decidir quem deve morrer e quem deve viver. O olhar que o autor busca explorar é o olhar para as políticas de morte, como uma macroestrutura efetiva em países colonizados e como o seu funcionamento se dá através de uma soberania que gerencia a morte.

Para o autor é necessário tratar das “soberanias cujo projeto central é a instrumentalização generalizada da existência humana e destruição de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p. 125). Mbembe prossegue argumentando que tais modelos de soberania “constituem o *nomos* do espaço político em que ainda vivemos” (MBEMBE, 2018, p. 134) e que devem ser analisadas na política contemporânea em termos de vida e morte.

Para Mbembe, a sociedade é marcada por hierarquias, desde o período colonial, e a totalidade de formas de segregação e violência experienciadas pela população negra serviu para a certificação do sistema capitalista vigente e por isso é importante que a relação entre violência e soberania seja explorada. Nas engrenagens do necropoder até a complexidade da estrutura, a soberania é o canalizador final da execução da política de morte e não responde a nenhum limite, seja ele, nos tempos coloniais ou nos Estados modernos. Por isso, ele afirma que “[...] o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. [...] A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais” (MEMBE, 2018, p. 134).

Nos estudos dos regimes pós-coloniais africanos há uma associação direta entre propriedade e soberania que parte da figura do escravo como afirmação da desigualdade do poder soberano sobre a vida. “Esse poder sobre a vida do outro, assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade do seu senhor” (MBEMBE, 2018, p. 132). O escravo sofre um processo de coisificação tão intenso, que a própria conservação das condições de fazer viver ou a destruição dessas vidas para ocasionar a morte, respondem exclusivamente às deliberações e interesses de poder e economia.

Através de leitura de Agamben[[3]](#footnote-3) e do modelo de estado de exceção[[4]](#footnote-4) experienciado durante o Holocausto, o autor busca argumentar que a racionalização unida ao conceito de soberania proporcionou uma falsa premissa de autocriação, que não serve para a explicação da realidade. A soberania funciona a apresentar-se como um instrumento de morte do Outro e para proporcionar guerra como meio de imposição direto de poder (MBEMBE, 2018, p. 142).

A soberania não diz respeito apenas ao poder de morte, mas em sua faceta extrema, o papel desempenhado pela soberania é atuar no direito a violência e a morte. Segundo Mbembe, “Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder” (MBEMBE, 2018, p. 127). Ao invés de se debruçar no desdobramento das políticas de soberanias, o filósofo busca entender questões como “Quem é o soberano dentro da democracia liberal?” e como essa soberania funciona. Utilizando-se da acepção da razão, Mbembe mostra que as formas de soberania provêm da razão universalista, da elaboração de leis gerais pelo povo. Nessa direção, a política apresenta uma definição dupla: um vértice que busca pela autonomia e outro que busca pela efetuação de uma convenção coletiva pelo reconhecimento e pela comunicação. Para Mbembe, o foco deve estar voltado para a segunda opção. Ele busca a razão como enfoque da morte.

Com isso, o autor não só rebate a razão como princípio universal e como instrumento da democracia e da civilidade, que é a tanto tempo consolidado nos discursos historicamente construídos, como também emerge um novo conceito de razão como não sendo um caminho para a liberdade do ser em uma sociedade universal, mas sim como uma razão que enfoca a morte, uma razão *necro* que preza pela operacionalização da vida e sobretudo das vidas pertencentes a corpos negros e colonizados. (Idem, 2018, p. 125). O autor explica:

Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. Tais formas da soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. De fato, tais como os campos da morte, são elas que constituem o *nomos* do espaço político em que ainda vivemos. Além disso, experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade (MBEMBE, 2018, p. 125).

Traçando um paralelo com outra obra de sua autoria “A crítica da razão negra”(2018)[[5]](#footnote-5) o autor afirma que os limites da razão não foram pensados para as colônias e que serve a um propósito de marginalização de corpos, marginalização decorrente de um processo intitulado por ele de “razão negra”, ou seja, a racialização criada pelo próprio discurso do colonizador que criou sobre o negro preconceitos que servem para legitimar a inferioridade desses corpos e a consequente opressão deferida a eles.

Com a ocupação colonial e a racialização desses corpos, houve conjuntamente um processo de territorialização. Foram criadas relações espaciais a partir de uma afirmação de controle geográfico, que perduraram em formas de novas relações sociais e espaciais:

Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para uns diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, matéria-prima da soberania e da violência que ela carregava consigo. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto […] (MBEMBE, 2018, p. 135).

A relação entre soberania e Estado de exceção concede não apenas ao Estado a autoridade de matar, mas estende-a para toda a sociedade. A soberania é descrita como uma busca ininterrupta por um exercício de poder que ultrapassa qualquer limite científico ou racional. A soberania é o exercício do controle sobre a mortalidade, representa a capacidade de deliberar quem não importa e quem importa, quem é passível de viver e quem pode morrer, nas palavras do autor “quem é ‘descartável’ e quem não é” (Idem, 2018, p. 135). O desconforto do autor vem acompanhado da soberania utilizada como instrumentação generalizada das vidas humanas e da aniquilação desses corpos marginalizados. Para Mbembe: “A política é, portanto, a morte que vive uma vida humana. Essa também é a definição do conhecimento absoluto de soberania: arriscar a totalidade de uma vida.” (Idem, 2018, p. 125 ). O racismo é a tecnologia de poder que torna viável o exercício da soberania.

**Capítulo 1.2- A Necropolítica**

A necropolítica é o conceito primordial na fundamentação desse trabalho. O conceito surgiu, como já indicado, com o filosofo camaronês Achille Mbembe, a partir de diálogos com importantes conceitos como a biopolítica de Foucault e o estado exceção de Giorgio Agamben[[6]](#footnote-6) e funciona como um instrumento teórico de compreensão da ação política moderna.

As relações estabelecidas entre terror e política não são recentes, porém é na colônia e o no regime de *apartheid,* que instaurou-se uma construção de um tipo particular de terror. O autor Mbembe, denonima essa tipo de terror peculiar de necropolítica. “A caracterísitca mais original dessa formação de terror e a concatenação do biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio, em que a raça, mais uma vez, é crucial. É no mundo colonial e não no Estado nazifacista que, pela primeira vez, a racionalidade ocidental se encarna na síntese entre “massacre e burocracia””. (MBEMBE, 2018, p. 32)

Do questionamento dos limites da soberania do Estado e suas designações, a necropolítica pode ser conceituada como a política de morte adaptada pelo Estado, uma política que é por si só uma regra. Desenvolvida desde o século XIX, com os Estados modernos, a necropolítica é a forma contemporânea que subjuga a vida ao poder da morte. O próprio autor pontua acerca da política realizada pelos Estados: “se comprometeria a civilizar os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao ato de matar”. (Idem, 2018, p. 129)

A violência citada por Mbembe é concebida em um plano de relação com à estrutura que organiza as relações sociais e que repercute em diversos grupos da sociedade, principalmente no dia a dia da população negra. A escravidão e colonialismo evidenciaram desigualdades e uma série de violências contra a população negra. Desse modo, “as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do Estado de exceção supostamente opera a serviço da civilização”. (Idem, 2018, p. 130)

A sociedade era dominada pela hierarquia colonial e toda e qualquer violência empregada sob a população negra servira de meio de legitimação de um sistema capitalista vigorante, pois a população negra era vista como mera força de trabalho. A vida de um escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte em vida. A forma de poder imposto a escravidão é o poder sobre a vida do Outro assumindo um posto de comerciável[[7]](#footnote-7). O Escravo era concebido como mera sombra personificada[[8]](#footnote-8).

O poder do soberano sobre a mortalidade serviu de base para a extensão de desigualdades nos chamados Estados nacionais modernos onde práticas sociais racialmente hierarquizadas surgiram como práticas desempenhadas pelo Estado para salvaguardar uma “segurança”. Esse pretexto de securitização utilizado pelo Estado ampara a necropolítica. (Idem, 2018, p. 128).

Dentro da contextualização da necropolítica para um cenário mais contemporâneo, Mbembe evidencia que ela é mais exorbitante em países da periferia capitalista, países onde a democracia permanece circunscrita e o direito ainda é ligado a noção de violência soberana, resultando em uma verdadeira política de morte.

O Estado empreende a violência extremada de exceção prezando pela eliminação pensada de corpos elimináveis. A Necropolítica é a explicação das várias maneiras pelas quais armas de fogo são introduzidas no interesse da eliminação máxima de pessoas e da criação dos chamados mundos de morte, que nada mais são do que formas de existência social nas quais comunidades são subordinadas a condições de vida que lhe conferem o *status* de “mortos-vivos” (Idem, 2018, p. 146).

A necropolítica se utiliza de tipografias da crueldade, se aproveita de lugares subalternizados e provoca a violência de corpos. O autor busca conceber a dimensão desses regimes coloniais tardo-modernos, onde o terror, o mesmo em essência vivido nos Estados escravistas, instauram experiências de privação de liberdade:

[...] Viver sob a ocupação contemporânea é experimentar uma condição permanente de “viver na dor”: estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites do anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias [...] (MBEMBE, 2018, p. 146)

Necropolítica é sobre a subjugação da vida ao poder da morte através de uma política que busca não só designar quem vive, mas sim gerir a morte dos que devem morrer. Necropolítica é a iminência da morte o tempo todo e a operacionalização de Estados cujo maiores objetivos giram em torno de exterminar os inimigos. Em outra obra do autor, chamada “Políticas de Inimizades”[[9]](#footnote-9)(2017) , obra em que Mbembe discorre profundamente sobre como o pensamento colonialista foi-se convertendo e adaptando às novas ocorrências diferentes das anteriores e como as democracias liberais são reflexos dessas adaptações, há a concepção do conceito de sociedades de inimizade.

Juntamente com as modificações trazidas pela democracia liberal, foi trazida também um maior aclive identitário que resultou na agregação de uma comunidade em detrimento da demonização de tudo aquilo que lhe é estranho. Desse estranhamento salta-se a procura por maneiras de expurgo dessa suspeitosa parte, como uma espécie de *Apartheid*. As sociedades de inimizade são nem mais nem menos do que a eleição desse inimigo criado pela ação colonial do Outro, o Outro que é marcado pelo signo da morte.[[10]](#footnote-10) A necropolítica conversa e atravessa essas sociedades de inimizade porque funciona no viés de justificação dessa violência empregada contra o Outro, esse inimigo deve ser eliminado a qualquer custo, devem ser extintos e preteridos.

O exercício pleno da necropolítica pressupõe a condição do “poder soberano de ditar quem pode viver e quem deve morrer (…) quem é descartável e quem não é” (MBEMBE, 2018, p. 135) e isso leva a uma grande estratégia de outorgar a morte dos “indignos da vida”[[11]](#footnote-11) segundo Agamben (2002). A necropolítica dentro dessa grande estrutura busca micro ações que resultam na morte de corpos inoportunos e inadaptáveis ao modelo de controle neoliberal através de uma distribuição desigual de oportunidades de morrer e de viver.

**Capítulo 1.3- O Pressuposto Da Política De Negação**

A necropolítica atua incansavelmente na eliminação de corpos intrusos, corpos inimigos. Os conceitos de biopoder, soberania e necropolítica trabalhados pelo autor corroboram com a tese que define a necropolítica como uma política de negação do negro. Como mencionado diversas vezes anteriormente, a raça ocupa lugar protagonista tanto na necropolítica, quanto na própria definição de soberania apresentados, assim como desempenha papel importante própria racionalidade do biopoder:

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los. (MBEMBE, 2018, 128).

A divisão racial é tópico essencial para o sucesso das políticas de controle. É na estrutura do sistema escravagista e colonial que a biopolítica age e é na escravidão que o estado de exceção se torna incongruente. É na escravidão que o negro, o escravizado, se transforma em uma personificação de algo, um ser-nada, pois perde o direito sobre seu próprio corpo e é expropriado de seu *status* político, social e de seu lar. Para o autor: “Essa perda tripla equivale à dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão absoluta da humanidade de modo geral)” (MBEMBE, 2018, p. 131). A passagem do negro para um patamar de propriedade a um mestre é feita em consonância com um processo de exercício de poder de pensamento e expressão.

É na colonização que o escravo é expropriado e condenado a mundos de inanição, horrores e crueldades. Desta forma, o escravizado é mantido vivo, mas em estado de injúria, em um mundo de horrores e crueldades intensas “o sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolada, e no espetáculo de dor imposto ao corpo do escravo” (MBEMBE, 2018, p. 131). A vida do escravo é a personificação da morte em forma de vida:

[…] a ocupação colonial contemporânea é um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítico necropolítico. A combinação dos três possibilita ao poder colonial dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O ‘estado de sítio’ em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crimes que não faz distinção entre inimigo interno e o externo. Populações inteiras são alvo do soberano. As vilas cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. A vida cotidiana é militarizada. É outorgada a liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. O deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de suas fontes de renda. Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis (MBEMBE, 2018, p. 135).

As sociedades modernas ainda operam por uma lógica escravista e colonialista, disfarçada por um ideal democrático liberal e dentro desse sistema a pele negra é ainda mais encarada como uma nota de morte, uma marca que pode condenar alguém a constante iminência da morte até o ato concreto. A pele que é marcada para morrer é a pele negra, e os instrumentos de morte nunca se enganam e vão muito além da mera eliminação carnal de corpos. Como diz Silvio Almeida em *O que é Racismo Estrutural?* (2018):

Uma vez que o Estado é a forma política 72 do mundo contemporâneo, o racismo não poderia se reproduzir se, ao mesmo tempo, não alimentasse e fosse também alimentado pelas estruturas estatais. É por meio do Estado que a classificação de pessoas e a divisão dos indivíduos em classes e grupos é realizada. (ALMEIDA, 2018, p. 54)

O direito soberano de matar, está diretamente ligado com as relações de inimizade, ou seja, está diretamente ligado com a eleição ficcional de um determinado grupo de inimigos. Assim como o racismo é condição inerente ao funcionamento da biopolítica, porque se apresenta como um indicador, um regulador de quem é passível de ser deixado para morrer, o racismo opera nesse conjunto de conceitos a servir como critério da morte. Em paralelo com o conceito de guerra, a guerra moderna é regulamentada pelo racismo estatal e se estabelece através da junção de um estado racista, suicidário e assassino. O Outro eleito, é animalizado, historicamente desempossado de humanidade e passa a encenar o papel de um inimigo ficcional, um perigo ao corpo social e justamente por se apresentar como essa ameaça primitiva é passível de processos de violência e morte em prol de mecanismo de segurança que isola essa ameaça a existência dos demais.

O espetáculo da violência é concebido a olhos nu e contemplado pela sociedade sem maiores comoções, pois o corpo negro é concebido como um objeto-nada, um corpo desprovido de humanidade e, portanto, desprovido de comoção, como o próprio autor intitula, se tornam “mortos-vivos”, ou “uma sombra personificada”[[12]](#footnote-12). A performance da violência sob lentes de protocolos de controle permite a fusão do genocídio e biopolítica em uma produção massiva de mortes, possibilitam uma caçada na tentativa de eliminar o Outro, eliminar o inimigo, a ameaça absoluta. A eliminação desse inimigo se faz necessária a qualquer custo e o racismo serve para normalizar e invisibilizar a dominação.

A soberania cumpre papel essencial no genocídio negro, na materialização da necropolítica e consequentemente na confecção das políticas de negação do negro. Participa grandemente porque é a mão impiedosa e amparável que não reconhece nenhum limite ou traço de humanidade, participa porque é a sensação de poder embriagante de um sistema baseado no racismo estatal, institucional e epistêmico. Participa porque é o promotor da instrumentalização das vidas negras e responsável pelo controle da mortalidade, marcando corpos negros para um abate que pode acontecer a qualquer momento e em qualquer lugar.

O necropoder “[…] consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei – ab legibus solutus – e no qual tipicamente a “paz” assume a face de uma “guerra sem fim”. (MBEMBE, 2018, p. X), ou seja, se estabelece em um espaço onde a norma jurídica não alveja. A constante ameaça da guerra, o viver constantemente em situação de emergencia concebem ao mundo contemporâneo a subjulgação da vida ao poder da morte. (ALMEIDA, 2018, p.73).

A necropolítica enquanto política de negação do negro nesse trabalho não se refere apenas ao genocídio pelo uso sistêmico da violência, mas como maneira de assujeitamento desses corpos, compreendendo as esferas não só materiais, mas simbólicas, esferas de violência e morte que buscam a destruição total de um determinado grupo, o povo preto. É política de negação, pois é negado ao negro ser, estar, pertencer, viver sem medo, liberdade, moradia de qualidade, qualidade de vida, saúde, negam ao povo negro até e principalmente a expectativa da vida. A necropolítica é uma arma letal contra corpos negros, pois quando não os mata o corpo, lhe estilhaçam a alma.

Essa política de negação do negro só é viável através da nadificação[[13]](#footnote-13) do negro, a transformação do negro em nada e esse processo é realizado pelo espetáculo da violência empregada por direito, pela soberania, pelos princípios da tecnologia cruel que é o biopoder e principalmente pelo resultado de uma necropolítica. Quem nada é, é morto quando convém à ordem.

**CAPÍTULO 2- OS CONTORNOS DE UMA POLÍTICA DE APAGAMENTO DO NEGRO**

A colonização e a escravidão criaram e consolidaram no mundo ocidental o estigma de população indesejada e inferior que é perpetuada e assombra a comunidade negra até os dias atuais. Nas mudanças societais e nas transições de um sistema econômico e político para outro, essa concepção se conservou intacta e passou a cada vez mais integrar a lógica e a estrutura da sociedade que conhecemos hoje. Ainda que haja contemporaneamente um certo negacionismo acerca até da própria existência e factualidade do racismo, ao se observar, mesmo de forma simplista, a comunidade negra ao redor do mundo, não há como negar que essa população vive sob uma lógica estruturante que a mantém esmagadoramente em condições de vulnerabilidade e a expõe a violências sistêmicas e combinadas (CAMILO, 2020)

Racismo e raça, são frutos do intercâmbio internacional de pessoas, de pensamentos e de mercadorias. Só se pode pensar racismo quando uma dimensão *afro-diaspórica* é incorporada na discussão, por essa razão, pode-se pensar no projeto de negação do negro como um projeto antigo, que tem suas raízes na expropriação de milhares de negros de seus territórios e de si próprios, processo iniciado na escravidão. Nega-se porque se repudia, porque não se reconhece. Não há registros precisos acerca da quantidade de negros embarcados no continente africano, mas cerca de 12,5 milhões[[14]](#footnote-14) foram arrancados de seus territórios e culturas para serem subjugados a uma estrutura que os oprimia e retiravam a simples condição de seres humanos. Com os anos, mesmo com a abolição da escravidão, como se servisse como carimbo, as peles negras continuam a serem marcadas e enjauladas em mundos de submissão, abandono e morte, alguns autores chamam isso de “abolição inconclusa”[[15]](#footnote-15). Esse termo pretende apresentar a factualidade de que mesmo com a Proclamação da República após a abolição, medidas de inclusão e do direito a plena cidadania do recém-liberto não foram tomadas, principalmente no Brasil. Segundo o autor José Murilo de Carvalho:

A análise histórica dos problemas que envolvem a cidadania no Brasil possibilita considerar–se que a herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado (CARVALHO, 2004, p.45).

Negros e negras, independentemente de onde vivem e ocupam, carregam na cor de sua pele o estigma ocidental de meros corpos descartáveis, cuja nenhuma outra característica importa ou impera além da pigmentação de sua pele e o destino reservado a seus antepassados.

A operacionalização da negação do negro não se faz tão complicada de imaginar, a base vem sendo solidificada a muito tempo e as consequências dessa estrutura se materializam em dimensões vividas e perceptíveis. O processo de negação do negro intrinsicamente necessita de um processo de violências sistêmicas e combinadas. Há diversas dimensões em sua constituição, mas as principais se realizam através das vias da dimensão objetiva e da dimensão simbólica. (CAMILO, 2020). A morte física caminha de mãos dadas com a morte subjetiva, com a morte das potencialidades, morte da vida digna, do bem viver, com a morte dos sonhos, a morte da identidade e do entorpecimento. Os extermínios se dão por vias fáticas e por vias simbólicas.

A violência objetiva se faz de fácil identificação, a efetivação e a ameaça da constante destruição carnal de corpos negros não são inéditas, o estigma de morte sempre pairou sob as cabeças de corpos pretos, a iminência da morte física a qualquer momento é a dimensão da negação do negro mais identificável, pois pode ser reconhecida a olhos nus na medida em que provoca a degradação descortinada. A eliminação da carne do povo negro é a última etapa de um processo engatilhado por uma estrutura de Estado marcada pelo racismo histórico e institucional que trabalha arduamente pela normatização da extinção desses corpos. A lógica opera para dizimar em massa corpos que não deveriam se quer existir e representam uma ameaça aos espaços não marginalizados e não subalternizados. O Outro, o inimigo que deve ser eliminado, é apenas concebido como um corpo e em uma sociedade de inimizade. Esse extermínio é tangenciado pelo Estado, esse corpo é atravessado pelo estigma da morte, pelo signo da erradicação, que é marcado pela pele preta, pela negritude.

Porém, há uma dimensão que é corrosiva, que busca nas entrelinhas dos discursos racistas e opressores explorar as ramificações esburacadas e imundas, a dimensão simbólica contribuiu perversamente no processo de negação do sujeito negro. O esgarçamento mental antecede o esgarçamento físico, antes da carne queimar. [[16]](#footnote-16)

A população negra já nasce marcada pelo adoecimento psicológico, pelo apagamento da memória coletiva, pela não-autonomia, pela violência iminente e todos esses fatores constituem a ramificação do projeto da morte simbólica:

O processo de manipulação de memórias negras se dá de formas subjetivas até alcançarem a objetividade com a naturalização na morte dos corpos negros. A memória que mais se apaga é a dos corpos vulneráveis. O sangue que mais se derrama é do negro. A memória do sujeito negro é apagada simbolicamente ou por meio de uma violenta política aplicada a partir de um Estado estruturalmente racista. (CAMILO, 2020).

Há aqueles que ao tentarem entender o espaço do negro dentro da lógica racista contemporânea o considera um não sujeito, mas esse trabalho opta por entender o negro como um objeto-ninguém. Na eleição de um inimigo que deve ser combatido sob todos os esforços, independentemente da natureza ou da legalidade, o negro ocupa não somente um lugar de não sujeito, mas principalmente um lugar de objeto ninguém. Não há liberdade até mesmo na linguagem que permita que o negro seja associado a alguma autonomia. A comunidade negra não tem autonomia para realização de nenhum tipo de ação, não pode ser facilmente identificado na oração[[17]](#footnote-17), a população negra é um objeto expropriado pelas elites ocidentais brancas a não cumprir o papel de nada e ninguém, a não ser o papel de suspeito e perigoso em nome de uma falsa segurança e ordem. A sociedade busca talhar a comunidade negra de acordo com a conveniência que a violência imposta à essa população solicita para se manter legítima. ¹ (OLIVIERA, 2020, p. 58)

A dimensão simbólica busca aniquilar a memória social. É na memória social que se encontram o campo identitário e performativo, é onde podemos acessar um passado protagonista. “Dito isso, a memória social é um campo transversal e polissêmico, que pode nos questionar sobre importantes informações para o campo racial e político no mundo contemporâneo e nacional.” (CAMILO, 2020). Qualquer política que busque por um apagamento de uma comunidade é baseada em um processo de necromemória: a promoção de morte ou esquecimento social pela qual uma memória coletiva é esfacelada e tornada peça importante em um projeto político, histórico e social de enfraquecimento de resistências e de manifestações identitárias. O apagamento coletivo e subjetivo é a principal arma da esfera pública contemporânea. (CAMILO, 2020).

A necromemória é a expressão do poder e a capacidade de determinado Estado (necropolítica) manipular as construções, as representações e, por conseguinte, os destinos políticos de determinado grupo, a partir das interações do passado com o qual esse grupo terá acesso, mantendo constante a mortificação de determinadas memórias heroicas; em contrapartida, há uma memória exclusivamente escravizada, subalternizada e desagenciada (CAMILO,2020).

Uma política de negação do negro é uma política que busca conferir a corpos negros não um não espaço, mas sim um espaço nenhum, é administrar políticas que busquem minar a memória coletiva, corroer a psique e a carne, é promover mundos de mortes, mundos de fome e de vulnerabilidade que aprisionam e condenam um indivíduo antes mesmo do próprio nascimento. É não permitir o sonho de qualquer tipo de autonomia, é expropriar o negro de sua própria existência ao mesmo tempo em que identifica e coloca em uma posição não apenas de não sujeito, mas principalmente de objeto-ninguém.

Uma política de negação do negro é uma política limitadora, que encerra a vida, seja por meio da imposição de limites para se deixar viver, seja por meio do fim físico, fazendo o morrer. É uma política que alega confundir rostos, mas nunca confunde a cor da pele. Representa a negação, pois expropria a identidade e subtrai o futuro rotulando corpos com uma etiqueta escrita “corpo passível de morte” e dá fim aos modos de vida. É uma política de negação do negro, um sistema em que o Estado tem carta branca para julgar sem o escrutínio social e tem o caráter negacional elementar porque submete o negro a uma identificação única e desvencilhável, em que não importa o *status* social, a ocupação profissional, história de vida ou realizações, mas apenas a cor da pele e a transformação em estatística. Se permitem e promovem a sua morte, se tudo que você é indesejável e errado, não reconhecível e passível de repúdio, você é levado a negar até a si mesmo e seus semelhantes. A construção da passibilidade do alvo, facilita o matar. Nas palavras de Conceição Evaristo: “Há mil formas de produzir a morte”[[18]](#footnote-18).

**CAPÍTULO 3- A NECROPOLÍTICA COMO POLÍTICA DE NEGAÇÃO DO NEGRO**

Qualquer relato histórico de instauração de terror na modernidade deve tratar da escravidão, é na colonização que encontraremos respostas aos questionamentos feitos às estruturas sociais contemporâneas. A necropolítica como paradigma de separação entre segmentos socais, que regulariza e controla o poder de gestão sobre as mortes, permitindo a designação não só entre quem deve morrer, mas também gerindo essas mortes para garantir o desenvolvimento da máquina de guerra capitalista baseado na eleição de um inimigo, diga-se colonial e fruto da escravidão, é uma política de negação do negro, pois ao mesmo tempo que promove mundos de morte, repudia a vida objetiva e subjetiva do negro, não o reconhece, a não ser em condição de suspeito e indesejável, incidindo sobre essa população violências sistemas e combinadas que buscam pela aniquilação da carne e da identidade e memória social: “O Estado é violento e se mantém como máquina de moer crioulo porque está estruturado assim”. (OLIVEIRA, 2020, p. 45)

A necropolítica comete um espetáculo permanente da criação de uma sociabilidade em infindável condição de terrorrização. O entendimento da necropolítica pressupõe o paralelo com o racismo. No momento em que uma política de morte é concebida com o intuito de eliminar todos aqueles que são irrelevantes e excluídos do sistema capitalista, é necessário identificar “Quem são os irrelevantes e excluídos?” “O que levou a esse status?” e “Quais as consequências para essa população marginalizada?” O racismo estrutural pode responder essas questões ao passo que busca no passado o processo de nadificação sofrido pelo negro. “O negro nadificado em seu próprio ato nomeável pelo espaço simbólico; uma subjetividade reduzida ao corpo, um corpo reduzido à pele, uma pele ultrajada.” (OLIVEIRA 2020, p. 107). Enquanto fruto de uma construção social, o negro foi reduzido por uma imagem que designou a existência de uma subalternidade e uma humanidade nociva e indesejável impregnada no imaginário branco colonizado sob sua pele.

O negro é submetido a desempenhar o papel do Outro, o diferente do Eu:

O trabalho da necropolítica compõe-se ao negar a alteridade. O Outro aparece como um atentado à vida do sujeito. A negação da alteridade é dada pela transgressão da alteridade, em que o outro estará fadado ao campo de visão do sujeito, que faz dele massa de manobra política para sustentar a sua malignidade. Se a ética em algum momento atuou como a reflexão dos costumes, ela agora passa a ser a presentificação desse costume como significação para barrar o desejo de subordinação do Outro ao sujeito, como aponta Noguera, Seixas e Alves (NOGUEIRA, SEIXAS, ALVES, 2019, p. 158)

A necropolítica pode ser entendida como uma política de negação porque, como traz a autora Cida Bento em sua obra *Branqueamento e branquitude no Brasil* (2002)[[19]](#footnote-19), a ideia que concebeu o branco como padrão da humanidade realizou ao mesmo tempo a concepção do negro em cima de um estigma de perigoso, como uma espécie de problema a ser resolvido. É na resolução desse “problema” que a necropolítica aplica seu golpe, é na construção desse rótulo indesejável do negro em comparação com o branco universal que a necropolítica obtém seu respaldo. A Necropolítica constrói a imagem ficcional de normalidade, de que tudo faz parte de um plano, para que ninguém se incomode, permite o emprego da violência combinada e contínua fundamentada em um direito soberano de gestão da morte e mina os espaços para essa população indesejada, privando-a de direitos e de qualidade de vida.

Nega a identidade, nega a história, a memória social e nega as potencialidades. Nega a humanidade do negro, a condição de cidadão, de detentor de direitos e o coloca em um *status* nadificado qualificado como ameaça a ser eliminada, busca empregar a violência física ao mesmo tempo em que aplica de todos os lados e meios a violência subjetiva, submetendo e cercando a população negra a mundos de morte instransponíveis.

Os mecanismos de destruição da vida de corpos negros se apromiraram no contexto neoliberal, tipos mais sofisticados de extermínio, para além do encarceramento pontual são evidenciados. A evasão escolar, a pobreza endêmica, a negligência com a saúde da mulher negra e a interdição da identidade negra, constituitem com o encarceramento e a morte pontual partes da engrenangem social de dor e morte. (MBEMBE, 2018, p. 22).

No texto intitulado “Corpos Marcados para Morrer”[[20]](#footnote-20) de Suely Aires, a autora discorre acerca de corpos que são estabelecidos e acordados para serem expostos à morte e sem tardar executados:

[...] Gênero, raça e classe se entrelaçam na ficcionalização do inimigo [...]. Ao identificar o outro como perigo, como um atentado contra a vida, estabelece-se uma reação de defesa em que a eliminação do outro parece ser necessária, pois implica minha segurança e a manutenção de minha vida e da vida de meu grupo. [...] É uma guerra que só acabará com a total eliminação do inimigo: genocídio. (AIRES, 2018, p. 1)

A raça sempre serviu de regulamentador da necropolítica, com o passado colonial e escravocrata compartilhado pela periferia capitalista, houve a continuação de um projeto que busca a gestão não da vida, mas da morte. “O perigo racial, em particular, constituiu desde as origens um dos pilares dessa cultura do medo intrínseca à democracia liberal.” (MBEMBE, 2018, p. 147). De acordo com o autor, a raça desempenha papel importante no imaginário racista da democracia liberal, o processo de racialização do negro corroborou com a urgência de eliminar as mazelas ficcionais que a pele preta trazia consigo. O problema assentado pelas *plantations* e pelo colonialismo eram travestidos em problemas de raça, enquanto regra de sociabilidade e mecanismos de domesticação das condutas economicamente rentáveis e princípio do exercício do poder:

A necropolítica acoberta e legitima o discurso e a prática da violência, atingindo, dessa maneira, todos os níveis da vida, comprometendo o tempo presente e futuro, se interligando continuamente ao exercício da negação da alteridade. A alteridade é um apelo e um ordenamento manifestado por meio do Rosto do Outro. (SOUZA, BARRETO, 2020, p. 314).

A necropolítica pressupõe a divisão da sociedade em grupo dominante e grupo dominado, em Eu e Outro, a lógica do racismo é internalizada, naturalizada e incorporada nas práticas e nas instituições.

Essa abjeção envolta em pré-julgamento revela uma das faces mais cruéis do racismo: a criação de sujeitos indesejáveis. Consequentemente, por serem indesejáveis, esses corpos não despertam a mesma comoção quando são ultrajados, desrespeitados, violados ou exterminados. São objeto comum na violência contida nos “discursos de diferenciação e patologização de sujeitos que estão à margem dos aparatos políticos e culturais dominantes”[[21]](#footnote-21).São corpos subalternizados (OLIVEIRA, 2020, p. 110).

O racismo empregado na necropolítica opera como um instrumento de perscrutação, que influencia diretamente na construção da subjetividade da população negra, e é essa esfera de violência combinada com a esfera de violência direta aos corpos que é chamado de política de negação no negro nesse trabalho. É a combinação sistêmica, constante e legitimada como direito de um necroestado que resulta em uma política que busca negar a própria vida do negro e sua existência. Essa política é resultado de um Estado que emprega deliberadamente o excesso de violência para corpos negros e reproduz uma racionalidade de exclusão e supressão, baseado em um critério racial de identificação de um inimigo, que de modo consequente, deve morrer a qualquer custo. (MBEMBE, 2018, p. 146)

A política de morte atinge a subjetividade de corpos negros, destruindo suas identidades, memórias coletivas, herança histórica, expectativas de vida e capacidade de sonhar. Negam-lhe políticas de qualidade de vida, asseguração de direitos, sentimento de pertencimento e preenche-os com degradação, exclusão e um selo marcado na cor da pele escura que dita uma sentença de morte de árduo despreendimento, um constante bilhete de rejeição do que o negro é, ou melhor, do que o negro não é e nunca vai ser. Essa rejeição habita o insciente da população negra lhe agredindo a alma e a consciência, minando maiores resquício de recuperação de um sujeito histórico, tornando o negro ainda mais passivo no exercício de morrer. É na empregabilidade da violência subjetiva que a violência objetiva puxa o gatilho a mando de uma política de negação do negro.

A necropolótica emerge como organização essencial para poder, inseridos em um mundo em que a morte acomete agressivamente a vida e desponta como a justiticativa da morte em nome de fatores economicos, segurança e nacionalidade, tornando-se uma espécie de fundamento ético da realidade inerente. A lógica da colônia se materializa na gestão dos Estados compotemporâneos, principalmente nas perifériais do mundo, onde práticas coloniais deixaram sombras de uma dura herança. (ALMEIDA, 2018, p. 77) O neoliberalismo cria o devir-negro no mundo (MBEMBE, 2018, p. 123), a lógica da colônia ainda impregna os mecanimos que regem a mordernidade, atrelando ao necropoder, a condição de política de negação do negro, atribuindo a esses corpos não só a morte objetiva, mas também a condição de viver com a morte, de conviver com o medo e com a efetivação de uma vida miserável.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Cunhada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, pelo diálogo com o conceito de biopoder foucaltiano, a necropolítica é o estado em que o poder soberano delibera quem é matável, indesejável e deve morrer. Nesse sentido, a necropolítica é um conceito amplo que pode descrever inúmeras formas de opressão contra negras e negros. Dentre elas esse trabalho trouxe as seguintes: Necropolítica como uma gestão de morte que traz consigo o racismo como intermédio central das sociedades colonizadas em uma lógica de Eu/Outro, uma política que age sob a lógica do poder soberano de matar, através da eleição de um inimigo não desejável, uma subjugação da vida ao poder da morte, uma política de negação objetiva e subjetiva do negro e sua identidade e memória social e uma grande estratégia de outorgar a morte dos indesejáveis, indignos adaptada pelos Estados Modernos na lógica das democracias liberais.

Os corpos da população negra ocupam uma colocação fulcral nesse conjunto de decisões políticas. Como política da morte, que busca o emprego de violência em larga escala para exterminação de um inimigo que fere os princípios de segurança ficcional de um corpo social, a necropolítica é o estigma de um mundo moderno em crise sistêmica. Operando pela lógica colonialista e escravista, essa necrocondução pressupõe a existência de uma soberania que performa a expressão máxima da sociedade, o poder opera expressamente na capacidade de ditar quem deve morrer e quem deve viver.

Identificados através da análise de um passado colonial e escravocrata, a periferia do capitalismo é a que mais sofre com a necropolítica e a população negra inserida geograficamente dentro desses territórios é aprisionada em destinos pré-determinados e a mundos demortes insolúveis e irreparáveis. Essa população é submetida a uma lógica de segurança pública baseada em uma necropolítica, que penhora o “gozo dos direitos”[[22]](#footnote-22) para uns em detrimento de outros.

A necropolítica traz uma modalidade de cenário de guerra que permite o genocídio sem distinção interna ou externa. O poder do soberano é estabelecido sobre um inimigo a margem de qualquer norma ou regulamentação. Trata-se da subjugação da vida ao poder da morte através de uma política que busca não só designar quem vive, mas sim gerir a morte dos que devem morrer, é a fatualidade da morte causada e a operacionalização de Estados cujos maiores objetivos giram em torno de exterminar os inimigos.

Na escolha do inimigo estatal, os frutos de um sistema colonialista e escravocrata são colhidos, os critérios que elegem o perigo total são moldados dentro da lógica racista que opera na sociedade e nos Estados. O alvo traz na cor de sua pele, preta, a sentença da empregabilidade da morte. A raça é um elemento essencialmente político, não existe na perspectiva genética e biológica, apenas serve como ficção útil criada pelo sistema colonial para sujeitar e julgar inferiores povos diferentes de si próprios, mas mesmo não sendo real, serviu de prontidão para a instauração de políticas de terror que, baseada em uma noção ficcional de inimigo, legitima até a contemporaneidade a subjugação de negros a mundos de morte.

A partir da biopolítica, a necropolítica atua tanto nas políticas de administração da vida quanto nas políticas de administração da morte, designando ao mesmo tempo, o tipo de vida que são administrativamente convenientes e que devem ser prezadas e o tipo de vida que é razoável e carece de ser sacrificável, instaurando mundos de morte. No entanto, conforme apresentado no primeiro capítulo deste texto, enquanto Foucault apresenta o biopoder como política de gestão da vida, o filósofo camaronês Achille Mbembe usa sua vivência para apresentar a política da morte. É aqui que a noção de necropolítica ganha centralidade. Esses mundos de violência pressupõem a empregabilidade da violência para impor essa condição de passível de matar.

As dimensões dessa violência legítima contêm inúmeras facetas e é na empregabilidade conjunta e sistêmica dessas facetas que a necropolítica pode ser configurada como uma política de negação do negro. O ataque ao corpo físico e subjetividade dessa população permite o extermínio completo, permitindo a continuidade de um projeto a muito tempo iniciado na primeira retirada dos negros de seus lares, culturas e de suas condições de sujeitos.

A necropolítica enquanto política de negação do negro nesse trabalho não se refere apenas ao genocídio pelo uso sistêmico da violência, mas como maneira de assujeitamento desses corpos, compreendendo as esferas não só materiais, mas simbólicas, esferas de violência e morte que buscam a destruição total de um determinado grupo, o povo preto. É política de negação, pois é negado ao negro ser, estar, pertencer, viver sem medo, liberdade, moradia de qualidade, qualidade de vida, negam ao povo negro até e principalmente a expectativa da vida. A necropolítica é uma arma letal contra corpos negros, pois quando não os mata o corpo, lhe estilhaçam a alma, a identidade, a memória social e os sonhos.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AIRES, Suely. **Corpos marcados para morrer.** Cult. São Paulo, 5 nov. 2018. 240. Disponível em: Acesso em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/corpos-marcados-para-morrer/>>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer. **O poder soberano e a vida nua**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMARGO, Cristiano Buoniconti; PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. **Abolição inconclusa: uma análise sobreo o direito à reparação**. 2017.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: < https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-27112020-030043/pt-br.php > DOI: 10.11606/D.2.2017.tde-27112020-030043.

CAMILO, Vandelir. **Necromemória: As estratégias políticas de apagamento coletivo das memórias sociais de um povo.** Justificando. São Paulo, 15 de julho de 2020. Artigos. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/07/15/necromemoria-as-estrategias-politicas-de-apagamento-coletivo-das-memorias-sociais-de-um-povo/>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

CARONE, I. & Bento, M. A. S. (Orgs). (2002). **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 189.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** Tradução: Maria Ermantina Galvão. 1ª ed, Editora Martins Fontes: São Paulo, 2005, p.289-290.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**; tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012

FOUCAULT, Michel**. Microfísica do poder;** tradução de Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica.** Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2010.

MASSARO, Camilla Marcondes. MORORÓ, Natália Fernandes. **Biopoder e Necropolítica: gueto, encarceramento e política de morte dos negros**.Latitude,Maceió,v.13, n. 2, p.34-49, 2019.

MBEMBE, **A. Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições,

2018, p. 147.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018.

NOGUERA, Renato; SEIXAS, Rogério Luis, ALVES, Brunior Francisco. **A necropolítica na iminência do devir-negro do mundo.** Voluntas: Revista Internacional de Filosofia. UFSM, Santa Maria, v. 10, p. 150-167, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/40049. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

OLIVEIRA, Vanessa [org.]. **De bala em prosa: vozes da resistência ao genocídio negra.** São Paulo: Elefante, 2020.

SOUZA, L. R. S. DE; BARRETO, L. B. **A NEGAÇÃO DA ALTERIDADE E A NECROPOLÍTICA.** **Sapere Aude**, v. 11, n. 21, p. 306-316, 2 jul. 2020.

1. O termo apareceu a primeira vez em “História da Sexualidade: a Vontade de Saber” (1976), Foucault argumenta que o direito soberano de “causar a morte ou deixar viver foi ultrapassado por um poder de causar a vida e devolver à morte. [↑](#footnote-ref-1)
2. FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. [↑](#footnote-ref-2)
3. AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua.* Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte; Editora UFMG, 2002. [↑](#footnote-ref-3)
4. O Estado de excecção para o filósofo italiano era um dispositivo temporário para cenários de perigo, que hoje em dia tomou ar de normalidade diante da premissa da ameaça securitária do terrorismo. Para Agamben, o que era um estado de exceção anteriormente, hoje se tornou regra, com dispositivos de controle onde todos os cidadãos são considerados suspeitos e criminosos aos olhos do Estado. O Estado de exceção é um decreto do soberano ao conceber a sociedade em conflito e o conflito no território levam o soberano a intervir contra a população em uma espécie de guerra ao inimigo interno, acarretando em medidas violentas. [↑](#footnote-ref-4)
5. MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018. 320p. [↑](#footnote-ref-5)
6. AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua.* Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte; Editora UFMG, 2002. [↑](#footnote-ref-6)
7. O negro durante a escravidão foi submetido ao estado de mercadoria, visto apenas como força de trabalho escravizada em benefício de uma minoria branca. [↑](#footnote-ref-7)
8. Termo cunhado por Mbembe em sua obra “Necropolítica”, uma espécie de morto-vivo, expropriado de sua própria vida. [↑](#footnote-ref-8)
9. MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017, 250p. [↑](#footnote-ref-9)
10. Reis, D. dos S. (2020). The Políticas da inimizade, de Achille Mbembe. *Cadernos De Ética E Filosofia Política*, *2*(37), 252-256. https://doi.org/10.11606/issn.1517-0128.v2i37p252-256. Os signos de morte são uma espécie de simbologia que serve como reforço da legalidade da atuação da necropolítica no necroestado. São sentenças de mortes usadas em sentido simbólico. [↑](#footnote-ref-10)
11. Termo utilizado por Agambem(2002) para se referir aos que são ao contrário de dignos de viver, os que não possuíam pelos olhos do Estado serem dignos da vida. [↑](#footnote-ref-11)
12. MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.* Tradução de Renata Santini. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018. [↑](#footnote-ref-12)
13. Processo de ser tornar nada. [↑](#footnote-ref-13)
14. SCHRÖDER, André. **A era da escravidão.** Super Interessante, São Paulo. 29 março 2019. História. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/especiais/a-era-da-escravidao/>>. Acesso em: 18 de agosto de 2021. [↑](#footnote-ref-14)
15. CAMARGO, Cristiano Buoniconti; PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. **Abolição inconclusa: uma análise sobreo o direito à reparação**. 2017.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: < https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-27112020-030043/pt-br.php > DOI: 10.11606/D.2.2017.tde-27112020-030043. [↑](#footnote-ref-15)
16. *De bala em prosa: vozes da resistência ao genocídio negra*. Vanessa Oliveira [org.]. São Paulo: Elefante, 2020. [↑](#footnote-ref-16)
17. Sujeito. In: Dicio, **Dicionário Online** **de Português**. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sujeito/> Acesso em: 18 de agosto de 2021. [↑](#footnote-ref-17)
18. EVARISTO, Conceição. **A reinvenção contínua da morte para corpos negros.** Gama Revista. São Paulo. 24 de maio de 2020. Depoimento. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/chegamos-no-limite/conceicao-evaristo-joao-pedro-genocidio-negros-no-brasil/> . Acesso em: 18 de agosto de 2021. [↑](#footnote-ref-18)
19. BENTO, Maria Aparecida Silva. “Branqueamento e branquitude no Brasil”, em carone, Iray; bento, Maria Aparecida Silva (Orgs.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 25-8. [↑](#footnote-ref-19)
20. AIRES, Suely. **Corpos marcados para morrer.** Cult. São Paulo, 5 nov. 2018. 240. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/corpos-marcados-para-morrer/>> . Acessado em: 18 de agosto de 2021. [↑](#footnote-ref-20)
21. ALDAMA, Arturo J. (Org.). *Violence and the body: race, gender and the State*. Bloomington: Indiana University Press, 2003, p. 5 [↑](#footnote-ref-21)
22. FANON, Franz. (1968). Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira. [↑](#footnote-ref-22)